

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.133 - DF (2017/0264661-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AUTOR : **SERPROS FUNDO MULTIPATROCINADO**
ADVOGADOS : **NIZAM GHAZALE - DF021664**
: **CRISTIANE DE CASTRO FONSECA DA CUNHA - DF045861**
: **GEORGE ANDERSON ESTEVES DE SOUZA GOMES - DF048792**
RÉU : **IRAN MARTINS PORTO**

DECISÃO

1. Cuida-se de pedido de tutela provisória em sede de ação rescisória proposta por SERPROS FUNDO MULTIPATROCINADO, com fundamento no art. 966, § 5º, do Código de Processo Civil, na qual objetiva desconstituir decisão proferida pelo em. Ministro Marco Aurélio Bellizze, no AREsp 624.801-DF, que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial interposto pelo ora autor, sob os seguintes fundamentos: **a)** a restituição de reserva de poupança deve ser objeto de correção plena, ainda que o Estatuto da entidade de previdência privada disponha de forma diversa, de modo que o acórdão da lavra do TJDFT, ao determinar o pagamento dos expurgos inflacionários, não violou os arts. 31, § 2º, VIII, do Decreto 81.240/1978, 6º, §§ 1º e 2º da LNDB, 1º da Lei 6.435/1977 e 202 do CC; **b)** o juiz não está adstrito às conclusões do laudo pericial, não havendo que se falar em ofensa ao art. 131 do CPC/1973; e **c)** não é possível, no caso concreto, afirmar se havia elementos suficientes para o juiz superar a conclusão do perito sem reexaminar fatos e provas, incidindo, portanto, o enunciado previsto na Súmula 7 do STJ.

Na presente rescisória, informa o autor que possui natureza jurídica de entidade fechada de previdência complementar, instituída pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO (empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda) para operar e administrar planos de benefícios previdenciários voltados à universalidade de seus empregados, não possuindo fins lucrativos.

Aponta que se encontra sob Regime de Administração Especial - Intervenção Federal -, decretada pela Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC - órgão regulador e fiscalizador, constituído sob a forma de Autarquia Especial, atualmente vinculado ao Ministério da Fazenda.

Consigna que o réu foi empregado do SERPRO, tendo aderido, nessa condição, ao Plano de Benefícios SERPROS I - PSI, instituído e regido por Regulamento próprio, e migrado para o Plano de Benefícios SERPROS II - PSII.

Registra que, em decorrência do Contrato de Previdência Complementar celebrado, o réu vertia contribuições mensais ao Plano de Benefícios, para a formação de Reservas de Poupança, e, ao encerrar o vínculo empregatício com o patrocinador (SERPRO), optou por requerer o resgate da referida poupança (contribuições pessoais).

Ressalta que efetuou o pagamento da Reserva de Poupança, corrigido em conformidade com os índices de atualização monetária previstos no Contrato de Previdência Complementar firmado entre as partes.

Não obstante, assevera que o réu, visando alterar o critério de correção monetária aplicado no instrumento contratual, ajuizou ação de cobrança, que tramitou na 18ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária Especial de Brasília/DF, requerendo a incidência de índices estranhos à relação contratual, nos termos da Súmula 289 do STJ.

Destaca que o juízo da 18ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária Especial de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado na apontada ação de cobrança, sendo a sentença confirmada inclusive no âmbito desta Corte Superior, nos moldes do julgamento ocorrido no Recurso Especial Repetitivo 1.177.973-DF.

Defende que, apesar de a decisão rescindenda ser proferida com base no julgamento do referido repetitivo, nos termos da Súmula 289 do STJ, a matéria discutida nos autos da ação de cobrança não se encontra limitada à aplicação dos expurgos inflacionários sobre Reserva de Poupança de participante de Plano de Benefício administrado por Entidade Fechada de Previdência Complementar, pois o presente caso referencia o quadro de participante que migrou do Plano de Benefícios SERPROS I - PSI para o SERPROS II - PSII, administrado pela mesma Entidade de Previdência Complementar Fechada, com Reserva de Transferência creditada em seu favor.

Assere, portanto, que a decisão rescindenda deixou de observar que a matéria discutida naqueles autos se trata, na realidade, de situação particularizada por hipótese fática distinta do julgamento ocorrido no REsp 1.177.973-DF, em virtude de questão jurídica não examinada, qual seja: a migração de Plano de Benefício administrado pela mesma entidade de previdência complementar.

Sustenta que esta Corte Superior, por intermédio da Segunda Seção, pacificou o entendimento no sentido de não ser aplicável a Súmula 289 às hipóteses de migração de participantes de plano de benefícios de previdência complementar para outro plano dentro da mesma entidade, pois a migração, por meio de transação, envolve concessões recíprocas, com a transferência de reservas de um plano de benefícios para outro da mesma entidade, auferindo-se, em contrapartida, certa vantagem, situação que não se confunde com o resgate das contribuições.

Assesta, ainda, que a Segunda Seção do STJ, em julgamento do Recurso Especial Repetitivo 1.551.488-MS (tema 943), fixou as seguintes teses: *"1.1. Em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária; 1.2. Em havendo transação para migração de plano de benefícios, em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao status quo ante."*

Requer a concessão de tutela provisória, com o objetivo de suspender o trâmite do cumprimento de sentença a ser promovido pelo réu, de forma a impedir que o valor a ser depositado em juízo, a título de garantia, seja liberado tão logo julgada a impugnação, devendo permanecer suspenso até a apreciação da presente rescisória.

Argumenta que, caso contrário, na hipótese de procedência do pedido formulado em sede de ação rescisória, seria impossível a restituição ao *status quo ante*, visto

que o benefício previdenciário reveste o matiz de alimentos, não podendo, desse modo, ser repetido, além da própria natureza de impenhorabilidade que o permeia.

Aduz que não há dano irreparável ou de difícil reparação ao réu pelo simples fato de aguardar o julgamento definitivo, para proceder ao posterior levantamento do valor a ser depositado a título de garantia do juízo originário de cumprimento de sentença.

É o relatório. DECIDO.

2. Inicialmente, faz-se mister consignar que, na vigência do Código de Processo Civil de 1973, promoveu-se alteração processual pela Lei n.º 11.280/2006, que, ao dar nova redação ao art. 489 do CPC, possibilitou a concessão de tutela, para a garantia da eficácia prática do resultado do *iudicium rescissorium*, ao dispor que:

Art. 489. O ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela. (Redação dada pela Lei nº 11.280, de 2006)

A mesma norma também prescrevia a excepcionalidade da medida, sempre condicionada à observância dos pressupostos previstos em lei.

Registra-se que o novo Código de Processo Civil albergou, no artigo 969, regra de conteúdo semelhante, consoante se observa na transcrição abaixo:

Art. 969. A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

Não se pode olvidar, ainda, que o art. 273 do Código de Processo Civil/1973, que previa a antecipação da tutela, apontava, como pressupostos autorizadores da medida, a prova inequívoca, a ensejar o convencimento acerca da verossimilhança da alegação; e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, requisitos estes que deveriam estar necessariamente conjugados.

Seguindo tal diretriz, o Código de Processo Civil de 2015, a partir do artigo 294, inseriu a tutela provisória, fundamentada na urgência ou na evidência. De fato, o legislador hodierno utilizou a tutela antecipada (satisfativa), prevista no art. 273 do CPC/1973, e a tutela cautelar, prevista no art. 796 e seguintes do Código revogado, com o desiderato de criar a tutela provisória (arts. 294 a 311 do CPC/2015), gênero que contempla, conforme ressaltado, duas espécies: tutela de urgência e tutela de evidência.

Em síntese, a tutela provisória pode ser concedida com base na urgência (cautelar ou antecipada), quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano, ou o risco ao resultado útil do processo; ou com fulcro na evidência, caracterizada por situações que autorizam a concessão de tutela jurisdicional, quando o direito se apresenta cristalino, evidente, dispensando-se o perigo de dano e o resultado útil do processo.

Observa-se, contudo, ao cotejar-se a legislação processual civil anterior com o novo CPC, que, não obstante a alteração de nomenclatura, a essência das medidas

provisórias permanece. Nesse sentido, cita-se o magistério de Elpídio Donizetti:

O CPC/2015 traz algumas alterações de nomenclatura, mas, na essência, a natureza cautelar das medidas provisórias permanece. A tutela antecipada, por exemplo, continua a ser promovida com a finalidade de antecipar os efeitos de uma futura decisão de mérito. Continua, portanto, a ter natureza satisfativa. A tutela cautelar tem por fim evitar danos, de regra presente nas tutelas ressarcitórias, ou assegurar a utilidade do processo, o que pode consistir, inclusive, na ausência de dano, visando tão somente à remoção do ilícito nas tutelas inibitórias. Fato é que a tutela provisória consiste em eficaz instrumento para garantir a efetividade da tutela jurisdicional. (DONIZETTI, Elpídio. *Curso didático de direito processual civil*. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 458)

Nesse diapasão, esta Corte Superior tem entendido, ante a gravidade de suspender-se a execução de *decisum* com trânsito em julgado, e com o escopo de afastar a litigância temerária e indesejada, que a antecipação dos efeitos da tutela, em sede de ação rescisória, além de constituir hipótese excepcional, requer, de forma concomitante, a presença de prova inequívoca da verossimilhança das alegações e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Com efeito, a concessão de tutela antecipada, que visa à sustação da decisão rescindenda, demanda o necessário preenchimento dos requisitos autorizadores previstos no art. 300 c/c o art. 969 do CPC/2015 (art. 273 c/c o art. 489 do CPC/1973), os quais denotam o caráter excepcional e específico dos aludidos pressupostos, em virtude da presunção de legitimidade das decisões judiciais e da necessidade de preservação da coisa julgada, corolários do princípio da segurança jurídica.

Por essa razão, a tutela de urgência somente pode ser concedida quando ficarem demonstrados, no caso concreto, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pressupostos que podem render ensejo à procedência do pedido veiculado na ação rescisória.

Confiram-se os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TUTELA ANTECIPADA INDEFERIDA. AUSÊNCIA DE PROVA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO PREVISTA NO ART. 273 DO CPC. DECISÃO MANTIDA.

1. A teor do disposto no art. 489 do CPC, a concessão da antecipação da tutela em ação rescisória é possível quando presentes, cumulativamente, os requisitos autorizadores do art. 273 do mesmo Diploma Processual.

2. *In casu*, em um exame perfunctório, próprio das liminares, não se constata a plausibilidade jurídica requerida pelo legislador, na medida em que o julgado rescindendo, *primo oculi*, ajusta-se à jurisprudência atual desta Corte no tocante à conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais.

(...)

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg na AR 4.347/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/10/2010, DJe 17/11/2010)

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. PROCESSUAL CIVIL. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E FUNDADO RECEIO DE DANO. PRESENÇA CUMULATIVA. DEFERIMENTO. ART. 489 DO CPC.CONDENAÇÃO À PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. LEI DE IMPRENSA. NÃO-RECEPÇÃO. STF. ADPF 130/DF. AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO, SEJA LEGAL OU CONSTITUCIONAL, QUE AMPARE ESSA PRETENSÃO. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA (REsp 885.248/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 21/05/2010). FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA.

(...)

2. A concessão da antecipação da tutela em ação rescisória é possível quando presentes cumulativamente os requisitos autorizadores do art. 273 do CPC (art. 489 do CPC).

(...)

7. Destarte, em um exame perfunctório, próprio das liminares, constata-se a plausibilidade jurídica das alegações da autora, pelo menos no que tange à impossibilidade de condenação à publicação da sentença condenatória em periódico.

8. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na AR 4.490/DF, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/08/2010, DJe 01/09/2010)

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DO REQUISITO DA PROVA INEQUÍVOCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DA TUTELA ANTECIPADA.

1. Restando ausente a demonstração, de plano, da prova inequívoca da verossimilhança da alegação, bem como presente o *periculum in mora* inverso, tendo em vista o caráter alimentar dos adicionais por serviços extraordinários devidos aos filiados ao Sindicato-réu, deve ser mantida a decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg na AR 4.076/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/02/2011, DJe 03/03/2011)

AGRAVO REGIMENTAL EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM AÇÃO RESCISÓRIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA DECISÃO RESCINDENDA. REPOSICIONAMENTO FUNCIONAL. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 77/85 - DASP. EXTENSÃO AOS INATIVOS. VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. É admissível, excepcionalmente, a antecipação dos efeitos da tutela em sede de ação rescisória para suspender a execução da decisão rescindenda, quando presentes as hipóteses previstas no artigo 273 do Código de Processo Civil.

2. Em estando o acórdão rescindendo em conformidade com a jurisprudência uniforme do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que devem ser estendidos aos servidores aposentados todos os benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade, nos termos do artigo 189 da Lei nº 8.112/90, falta à hipótese a verossimilhança da alegação, necessária ao acolhimento do pedido de antecipação de tutela.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg na AR 4.615/DF, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/03/2011, DJe 05/04/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO UNIPESSOAL QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PERSEGUIDA EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É admissível a concessão de antecipação de tutela no bojo de ação rescisória, desde que devidamente evidenciado, por meio de prova inequívoca, a verossimilhança do direito invocado e a presença de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; fato inexistente na espécie, pelo menos a um juízo perfunctório da causa.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg na AR 5.650/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 02/03/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. INDEFERIDO. MEDIDA EXCEPCIONALÍSSIMA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão que indeferiu o pedido liminar em Ação Rescisória, proposta com fundamento no art. 485, V, do CPC.

2. Alega o autor que o acórdão rescindendo violou os arts. 5º, XXXVI, 37, XIII e XIV, 40, §§ 4º (na redação originária) e 8º (com a redação dada pela EC 20/1998). Assevera que o reconhecimento do direito à paridade entre os proventos dos inativos e a remuneração dos servidores em atividade, com a vantagem estabelecida na Lei Delegada 4/2003, do Estado de Goiás, é inconstitucional.

3. A antecipação da tutela em Ação Rescisória é medida excepcionalíssima, por força da necessidade de preservação da coisa julgada, garantia processual de natureza constitucional (art. 5º, XXXVI, da CF), e, em última análise, do princípio da segurança jurídica (AgRg no AgRg na AR 4.767/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 29/5/2012; AgRg na AR 4.747/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 14/11/2011).

4. No mais, o pedido liminar foi indeferido, pois, em exame preliminar e provisório, o interesse econômico do Estado não merece prevalecer sobre o interesse jurídico dos aposentados e pensionistas à percepção de verba de natureza alimentar, os quais, vale frisar, possuem situações jurídicas albergadas pela coisa julgada.

5. Portanto, em juízo de cognição sumária, quanto ao pedido liminar, não se verifica o *fumus bonis iuris* nem o *periculum in mora*.

6. Melhor será aguardar a instrução processual, pois ausente a excepcionalidade justificadora para a antecipação da tutela.

7. Agravo Regimental não provido.

(RCD na AR 5.360/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 10/02/2016)

3. Nessa linha de intelecção, em exame preliminar, próprio desta sede processual, não se vislumbra a presença de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, imprescindível à concessão da antecipação da tutela requerida.

Isso porque, na presente ação rescisória, ajuizada em 2017, o autor salienta que pretende obter a suspensão do cumprimento de sentença **a ser promovido pelo réu**.

Não obstante, até o presente momento processual, não há qualquer informação ou comprovação, nos autos, do efetivo início do cumprimento de sentença.

No caso concreto, se na própria possibilidade de execução provisória - de caráter eminentemente precário - não se evidencia risco de dano irreparável para fins de concessão de tutela antecipada, com mais razão idêntica linha deve ser subsumida ao cumprimento definitivo de sentença, dada a força tonitrua do título executivo judicial formado no processo anterior.

Mencione-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NA TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO. HIPÓTESES DO ART. 1.015 DO CPC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

1. O reconhecimento da litigância de má-fé pela instância de origem tem parca possibilidade de sindicância por esta Corte Superior, tendo em conta o disposto no enunciado 7/STJ.

2. Caso concreto em que, ademais, não se identifica alegado propósito prequestionador.

3. O reconhecimento da taxatividade mitigada do art. 1.015 do CPC fora modulado, não se aplicando a decisões agravadas exaradas antes da publicação do acórdão do repetitivo a tratar do referido tema.

4. A mera possibilidade de execução provisória não evidencia risco de dano irreparável para os fins de tutela provisória.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt na Pet 12.616/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 14/06/2019) [g.n.]

Não se pode olvidar, ainda, que a própria probabilidade do direito invocado deverá ser melhor analisada em sede de cognição exauriente, pois, a rigor, a tese esposada na presente ação rescisória não foi objeto de análise por esta Corte Superior.

Com efeito, o autor defende que a decisão rescindenda deixou de observar que a matéria discutida nos autos principais referencia, na realidade, situação particularizada

por hipótese fática distinta do julgamento ocorrido no REsp 1.177.973-DF, em virtude de questão jurídica não examinada, qual seja a migração de Plano de Benefício administrado pela mesma entidade de previdência complementar, situação que não enseja a incidência da Súmula 289 do STJ.

Todavia, a princípio, verifica-se que a referida tese foi suscitada apenas agora, em sede de ação rescisória, não fazendo parte do recurso especial nem do agravo em recurso especial.

Além disso, parece-me, no limiar da presente análise, que o autor empresta ao termo "migração" de planos de benefícios previdenciários conceito equivocado, sendo relevante, por isso, que nova apreciação seja realizada, no futuro, em sentido exauriente.

De fato, na inicial, o autor relata que o réu teve o vínculo empregatício encerrado, momento em que optou por requerer o **resgate** da reserva de poupança.

A rigor, com o encerramento do vínculo, não é possível, por questão lógica, ocorrer a migração de plano de benefício previdenciário. Em verdade, há distinção entre resgate e migração.

Ora, o instituto da previdência complementar, que faculta ao ex-participante receber o valor decorrente do seu desligamento do plano de benefícios, é o resgate, nitidamente distinto da migração, que é facultada até mesmo aos assistidos. O montante a ser restituído corresponde à totalidade das contribuições por ele vertidas ao fundo (reserva de poupança), devidamente atualizadas. O exercício do resgate implica a cessação dos compromissos do plano administrado pela entidade fechada de previdência complementar (EFPC) em relação ao participante e seus beneficiários, não podendo se dar quando ele estiver em gozo de benefício ou se já tiver preenchido os requisitos de elegibilidade ao benefício pleno, inclusive sob a forma antecipada. (REsp 1.518.525/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/5/2015, DJe 29/5/2015)

Assim, se houve o encerramento do vínculo empregatício, o ex-empregado não migra para outro plano de benefícios, mas sim adere a um novo plano, até porque existe autonomia entre eles.

Cumpre observar, nessa esteira, que há autonomia patrimonial entre os diversos planos de benefícios - ainda quando vinculados à mesma entidade de previdência privada - e que, "mesmo nos planos de Benefício Definido, em que existe uma conta coletiva, não ocorre 'distribuição de renda', mas mutualismo, ou seja, todos os participantes encontram-se nas mesmas condições, repartindo os riscos envolvidos na operação" (CASSA, Ivy. *Contrato de previdência privada*. São Paulo: MP, 2009, p. 62-83).

Nesse diapasão, verifica-se que as alegações do autor, em juízo provisório, não evidenciam a probabilidade do direito invocado nem o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, apto a promover a concessão da tutela de urgência pleiteada.

4. Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação da tutela.

Cite-se o réu para responder aos termos da presente ação rescisória, no

Superior Tribunal de Justiça

prazo de 30 dias, nos termos do art. 234 do RISTJ e 970 do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator